

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Marcelo Marcos Kieling

A MIGRAÇÃO DO RÁDIO AM PARA O FM
NO RIO GRANDE DO SUL

Passo Fundo

2016

Marcelo Marcos Kieling

A MIGRAÇÃO DO RÁDIO AM NO RIO GRANDE DO SUL

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Otavio José Klein.

Passo Fundo

2016

Marcelo Marcos Kieling

A MIGRAÇÃO DO RÁDIO AM NO RIO GRANDE DO SUL

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Otavio José Klein.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Otavio José Klein – UPF

Prof. _____ – _____

Prof. _____ – _____

RESUMO

A presente pesquisa aborda a tendência de migração de frequência em emissoras de rádio do Rio Grande do Sul, da Amplitude Modulada (AM) para Frequência Modulada (FM). Através de um decreto presidencial assinado no dia 8 de novembro de 2013, o Ministério das Comunicações autorizou emissoras que operam na faixa AM trocar seus equipamentos para transmitir sua programação em FM. Neste trabalho mapeamos a opinião dos empresários do meio radiodifusor sobre programação, audiência, faturamento, alcance, e estruturação da equipe neste processo de migração, apontando as vantagens e desvantagens no ponto de vista dos diretores das emissoras. Os dados foram coletados em uma entrevista semiestruturada e com profundidade sobre o assunto. O resultado da pesquisa demonstrou um desconhecimento total sobre o assunto por parte de quem toma as decisões em uma emissora de rádio e tal fato nos mostrou que a decisão de migrar de cada emissora se quer foi planejada, estudada ou até mesmo programada financeiramente. Ficou claro que a falta de recursos financeiros vai atrapalhar as emissoras na hora de iniciar o processo que terá um alto custo financeiro. O futuro do rádio como empresa também é incerto após a migração total das emissoras, uma vez que tal projeto deve beneficiar emissoras de porte maior. Engenheiros, técnicos, proprietários de grandes emissoras e até mesmo grupos políticos serão os mais beneficiados com a migração, que deve atrapalhar o rádio brasileiro que está separado por um abismo do rádio europeu, que já opera basicamente em formato digital que só não funciona no Brasil devido a um jogo de interesses e incompetência na esfera política.

Palavras-chave: Migração de frequência. Rádio AM. Rádio FM. Concessão. Transmissão.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrativo de grades de programação em AM e FM 16

Tabela 2 – Principais aspectos gerais em AM e FM..... 16

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Emissoras de rádio no Brasil.....	19
Figura 2 – Confiança no investimento para a migração	24
Figura 3 – Audiência após a migração	26
Figura 4 – Alcance regional após a migração.....	27
Figura 5 – Faturamento após a migração.....	28
Figura 6 – Quadro de funcionários	30
Figura 7 – A programação no FM	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO RÁDIO.....	9
2.1 A Era de Ouro do Rádio	11
2.2 O Rádio como Força Política	12
3 O SURGIMENTO DO RÁDIO FM.....	14
3.1 Diferenças entre o AM e o FM.....	14
4 O RÁDIO DIGITAL.....	17
4.1 Migração de Frequência	18
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE	22
5.1 Investimentos Financeiros para o Processo de Migração	22
5.2 Audiência após a Migração	25
5.3 Alcance Regional.....	26
5.4 O Faturamento após a Migração.....	27
5.5 Quadro Funcional da Emissora	29
5.6 Mudança na Programação	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS.....	39

1 INTRODUÇÃO

Após fracassar em várias tentativas de implantação do rádio digital no Brasil, a migração de frequência no rádio brasileiro foi proposta pelo governo através do ministério das comunicações atendendo uma reivindicação antiga de boa parcela dos empresários do setor que querem extinguir o AM, substituindo as emissoras existentes por “Frequência Modulada” o FM. Por intermédio deste trabalho vamos tratar da migração de emissoras que hoje operam no AM para o sistema de transmissão em FM, a fim de colaborar com diretores, proprietários e concessionários de emissoras de rádio no estado do Rio Grande do Sul, tornando esta obra útil também para profissionais e acadêmicos ligados à comunicação, esclarecendo pontos importantes deste marco, na história do rádio. A migração de frequência vem sendo pouco debatida inclusive por pessoas ligadas a emissoras de rádio que nem ao menos têm informações suficientes para discutir o assunto.

Com este trabalho, mapeamos a opinião dos diretores de canais de rádio em AM do Rio Grande do Sul sobre o processo de migração para FM. Através de uma entrevista semiestruturada analisamos pontos como: programação, faturamento, audiência, alcance e a formatação da equipe das emissoras neste processo de mudança no rádio que está por vir nos próximos anos. Para isto, entrevistamos cerca de 10% dos diretores de rádio, em um contexto de 159 emissoras que ainda hoje operam em AM no estado do Rio Grande do Sul. No questionário abordamos os assuntos já destacados a cima e levamos em conta sua opinião a respeito do processo de migração. A entrevista foi devidamente autorizada pelo comitê de ética e pesquisa.

Nesta pesquisa buscamos também conhecer os sistemas AM e FM do rádio, pesquisando sobre a história do rádio no Brasil e no Rio Grande do Sul além de conhecer as políticas de concessão de emissoras de rádio e evolução tecnológica ao longo dos anos.

É impossível não detalhar aspectos de grandeza atribuídos ao rádio em sua contribuição para a formação de um povo, região ou até mesmo nação. Existindo ou não divergências sobre fundação ou descoberta do rádio, o meio de comunicação continua a se valer da instantaneidade e presença entre os ouvintes.

Desta forma nos dispomos, com a pesquisa, contribuir com o futuro do rádio e com os estudos na área. Para isso é importante já neste espaço destacar que no Brasil temos em operação hoje um universo de 9771 emissoras. Entre esses quase dez mil sistemas de transmissão, 3209 operam em FM. E ainda neste contexto outras 1885 emissoras operam em AM. Outro número importante demonstrado no portal do Ministério das Comunicações

é o de emissoras comunitárias que chegam a 4641, quase 50% das licenças concedidas pelo ministério (MINICOM, 2016). Nos demais capítulos deste trabalho apresentamos uma retrospecto do que foi o veículo rádio, desde a sua implantação, passando pelas transformações até a chegada ao FM, onde basicamente dividiu seu espaço e audiência. Também falaremos neste trabalho sobre o fracasso do rádio digital no país, e traremos a palavra de quem faz rádio, os diretores e concessionários que estarão presentes neste processo e tomando as decisões na hora de mudar de faixa.

Embasaram de forma teórica este trabalho acadêmico, Carlos Henrique Antunes Taparelli, Luiz Artur Ferraretto, Nélia Del Bianco, João de Mello, Reinaldo C. Tavares, Rebecca Ferreira Nunes, Cyro César, e outros.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO RÁDIO

Antes de falar ou até mesmo discutir aspectos tecnológicos que têm sido causa da fragilização de emissoras no que tange a audiência, é preciso lembrar um pouco da história deste importante veículo de comunicação. É indiscutível a presença do rádio na vida de todos os brasileiros. O rádio tem uma grande importância, seja para os amantes do futebol, da música ou até mesmo apreciadores da notícia. O rádio é o veículo de comunicação que está sempre à mão. O momento em que o rádio começa a surgir na história é contado pelo autor João de Mello, que em sua publicação *A história do Rádio* (1999), destaca algumas descobertas importantes que contribuíram para a invenção do rádio. Thomas A. Edison é lembrado em sua obra:

“Outro personagem que marcou a história das comunicações foi Thomas A. Edison quando em 1880 descobriu que se colocando em uma ampulheta de cristal um filamento e uma placa de metal separadas entre si e ligando-se o filamento ao negativo de uma bateria e a placa ao positivo, constatava-se a passagem de uma corrente elétrica da placa para o filamento e nunca em sentido contrário. (MELLO, 1999).

Em seu texto o autor demonstra que para o surgimento do rádio várias descobertas foram necessárias como a comprovação da existência das ondas eletromagnéticas, fundamentais em uma transmissão de rádio.

Grande contribuição foi dada pelo professor alemão Henrich Rudolph Hertz que comprovou na prática em 1890 a existência das ondas eletromagnéticas, chamadas hoje de “ondas de rádio”. Suas experiências basearam-se na teoria de Maxwell. Hertz descobriu que ao fazer saltar uma chispa em seu aparelho oscilador, saltavam também chispas entre as pontas de um arco de metal colocado a certa distância denominado ressonador. Hertz demonstrou com esta experiência que as ondas eletromagnéticas têm a mesma velocidade que as ondas de luz. (MELLO, 1999).

João de Mello ainda comenta em sua publicação, *A história do Rádio*, sobre o surgimento das ondas Hertzianas em homenagem ao professor alemão Henrich Rudolph Hertz.

Em sua homenagem, as ondas de rádio passam a ser chamadas “Ondas Hertzianas”, usando-se também o HERTZ como unidade de frequência. Muitos personagens da história do rádio contribuíram para o aperfeiçoamento da transmissão e recepção dos sinais eletromagnéticos. Assim temos o professor Pupim que em 1887 descobriu a “Sintonia Elétrica” usada em quase todos os aparelhos de rádio, Branly que em 1892 descobriu seu famoso “cohesor”, Popoff que idealizou uma forma de agregar um vibrador elétrico ao cohesor de Branly melhorando seu funcionamento. Eis que surge em 1896 Guglielmo Marconi, utilizando um oscilador tipo Hertz e um cohesor de “Branly-Popoff”, realizando a transmissão e recepção de sinais a pequena distância. Marconi colocou em prática as teorias, ideias e descobertas Maxwell, Edison, Hertz, Branly e Popoff.” (MELLO, 1999).

O semanário inglês *The Economist*, citado por Tapareli (2015), nos traz um retrospecto do que foi a invenção do rádio e os primeiros passos deste importante veículo de comunicação descritos em sua obra chamada “A evolução tecnológica do rádio”:

A eletricidade e a luz elétrica são, muito provavelmente, as melhores invenções já feitas até hoje. Em 1895, na cidade de Bolonha, Itália, o estudante Guglielmo Marconi conseguiu transmitir sinais em código Morse no jardim de sua casa, sem o uso de fios. No ano seguinte, sua família mudou-se para a Inglaterra, onde Marconi pôde aperfeiçoar seu método de transmissão, chegando a milhas de distância. O sucesso desses experimentos rendeu-lhe o Prêmio Nobel de Física de 1909. (Datam de 1904 patentes obtidas pelo padre brasileiro Landell de Moura para um “telefone sem fio” e um “telégrafo sem fio” que, se reconhecidos, o inscreveriam entre os precursores do rádio.) (TAPARELI, 2015).

Tapareli (2015), em sua obra, ainda nos traz detalhes sobre o início do rádio no Brasil, destacando a primeira transmissão feita no país levando pelas ondas do rádio o discurso do então Presidente da República Epitácio Pessoa:

No Brasil, os organizadores da Exposição Comemorativa dos 100 anos de Independência sabiam que aquela data iria marcar a história com as novidades apresentadas, dentre elas a Semana de Arte Moderna e a grande novidade tecnológica: o rádio. Dois transmissores da empresa de diferentes fabricantes foram colocados no alto do Corcovado e levaram à área da exposição o discurso do presidente Epitácio Pessoa. O equipamento, no entanto, deveria ser retirado ao término da exibição, fato que levou o médico e antropólogo Edgard Roquette Pinto, juntamente com o professor de física Henrique Morize e um grupo de membros da Faculdade de Medicina, a pleitear a instalação definitiva de uma emissora de rádio, objetivo alcançado, já no ano seguinte, com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (PRA2). (TAPARELI, 2015).

Várias foram as pessoas que trabalharam para o crescimento e início do rádio ao longo do século passado. O veículo de comunicação teve seu crescimento e modernização aumentando relativamente até a metade do século com incremento de informações ao longo de sua programação e outras atrações tornaram o rádio ainda mais atrativo.

2.1 A Era de Ouro do Rádio

Passados pouco mais de 20 anos do início da operação de emissoras de rádio no Brasil, chegou a era de ouro do rádio e a partir de 1940 pode se perceber que a importância da tecnologia esteve presente desde os primórdios do rádio. O rádio ganhava cada vez mais força e prestígio. Vários são os autores que descrevem esse momento inicial do rádio que começava a ocupar um espaço importante dentro da casa das pessoas. Em sua publicação: O rádio, a história e a técnica, Luis Artur Ferraretto (2001), destaca os princípios deste momento do rádio brasileiro. O jornalismo ou a informação começa a ocupar papel de destaque na programação das emissoras, sendo porta-voz durante a segunda guerra mundial.

Nesse contexto, o rádio viveria aquela que é considerada a sua época de ouro, caracterizada por uma programação voltada ao entretenimento, predominando programas de auditório, radionovelas humorísticos. A Cobertura esportiva também ganha o seu espaço. O radiojornalismo, por sua vez, ganha força a medida em que o país se envolve na segunda guerra mundial. O veículo adquire, desta forma audiência, massiva, tonando-se no início dos anos 50, principalmente por meio da Nacional, a primeira expressão das indústrias culturais no Brasil. (FERRARETTO, 2001, p. 112-113).

Apesar de um futuro incerto o rádio teve os seus anos de glória. A década de 1940 foi sem dúvida o melhor momento do rádio, o veículo mais presente no Brasil. A época de ouro do rádio, como ficou conhecida, revelou talentos e informou a população. É muito comum ainda nos dias de hoje ver em cena atores que vieram do rádio como: Antônio Fagundes, Fernanda Montenegro e tantos outros atores globais. Ainda na televisão, também é possível perceber a presença de grandes apresentadores liderando a audiência em horários nobres da televisão, com seu início de carreira marcado pelo rádio, como Fausto Silva, Sílvio Santos, Raul Gill e outros menos conhecidos que tem passagem marcante na televisão brasileira. No telejornalismo quem não lembra do “Boa Noite” de Cid Moreira ou dos textos improvisados de Sérgio Chapelin, ambos com passagens e início de carreira pela Rádio Globo do Rio de Janeiro:

A década de 40 é conhecida como a “época de ouro do rádio”. A programação mais popular e a criação da contagem de índices de audiência, o chamado Ibope, instaura um período de brilhantismo para o rádio. Artistas como Chico Anysio e Abelardo Barbosa (o Chacrinha) tiveram o início de suas carreiras no rádio. No radiojornalismo surge o Repórter Esso, patrocinado pela Companhia Norte Americana de Combustíveis, que lhe emprestou o nome. Era a principal fonte de informação sobre os fatos internacionais, sobretudo com notícias sobre Segunda

Grande Guerra Mundial, a Guerra do Vietnam e Copa do Mundo. (AMORIM; CAMARGO, 2015).

Seguindo o pensamento de que é muito comum publicações tratem do contexto histórico do rádio no Brasil, apresentamos uma das obras que destaca o nome de Roquette Pinto. A figura do médico antropólogo é bastante presente em todas as narrativas do início do rádio no país. No texto de Yvonete Pedra Meneguel e do Professor Dr. Oseias de Oliveira (2015), na publicação: *O Rádio no Brasil*, é detalhada a participação de Roquette Pinto e seu sócio Henrique Morize, como precursores do rádio no Brasil, com o intuito de levar cultura e conhecimento através do rádio.

Roquette Pinto era médico e antropólogo, foi membro da Academia Nacional de Medicina, da Academia Brasileira de Letras e também foi o fundador do Instituto Nacional de Cinema Educativo. Defendia a necessidade de levar cultura e educação a todos os brasileiros. Henrique Morize, companheiro de Roquette Pinto, era presidente da Academia Brasileira de Ciência. Ambos viam no rádio a possibilidade de elevar o nível cultural do país. Vários intelectuais aderiram às ideias dos pioneiros e frequentavam a emissora, prestando sua contribuição por meio de entrevistas e palestras. (MENEGUEL; OLIVEIRA, 2015).

Conhecendo o passado, fica fácil de perceber que o momento é de investimentos e de estudos sobre o futuro do rádio. O que no passado foi símbolo de poder político, passa hoje por uma dependência política para sobreviver.

2.2 O Rádio como Força Política

No passado, vemos que o rádio foi usado para muitos favorecimentos políticos. As distribuições de concessões de emissoras de rádio pelo Brasil, não respeitaram os mínimos requisitos técnicos necessários. O governo Sarney foi o campeão em distribuição de canais de rádio pelo país.

José Sarney conseguiu superar seu antecessor e transformou-se num campeão na distribuição de canais durante o período crítico da disputa na Constituinte, quando estava em jogo a duração do mandato de Presidente da República. De 1985 a 1989, Sarney autorizou o funcionamento de 632 FMs e 314 AMs. Somente no período de novembro de 1987 a setembro de 1988, concedeu, em média, 32 FMs por mês. Em ritmo acelerado, 70% das frequências e canais disponíveis foram ocupados, o que implicou, em algumas cidades e capitais praticamente no esgotamento do espectro. (DEL BIANCO, 1999, p. 194).

Antônio Carlos Magalhães e José Sarney fizeram a festa com a distribuição de emissoras de Rádio e TV. Após a implementação da Constituinte, em 1987, começou o

agrado aos seus aliados políticos que receberam emissoras de rádio em troca de favores. A partir de 15/03/85 a 05/10/88 – o governo autorizou 1.028 outorgas, sendo 25% delas no mês de setembro de 1988, data anterior a promulgação da Constituição. Os dados foram publicados no Diário Oficial da União em 29/09/88. Em um único dia foram assinadas pelo presidente 59 outorgas para familiares de políticos ligados ao governo. Algumas destas emissoras até hoje fazem parte de famílias ligadas ao partido e estão em plena atividade em várias regiões do Rio Grande do Sul.

3 O SURGIMENTO DO RÁDIO FM

Neste capítulo vamos destacar um dos grandes avanços no que diz respeito ao veículo rádio. A chegada do FM marcou uma divisão, principalmente no que diz respeito a programação. Neste trecho do trabalho abordamos especificamente a chegada do FM com uma nova proposta para um novo público.

Transmissão em FM é o modo de transmitir informações utilizando modulação em frequência. No FM é possível transmitir em mais de uma banda de frequência. A partir de 1970 as emissoras em FM passaram a operar e inserir em sua programação mais frequentemente a música. Os debates, informações e programas de cunho mais cultural seguiram sendo implementados pelas emissoras de rádio que operavam no AM.

O processo de transmissão em FM iniciou nos Estados Unidos no início do século XX tendo sua regulamentação no Brasil apenas na década de 1960. A principal e grande diferença técnica entre as duas modulações é em relação à qualidade. As FM's têm um som superior em termos de qualidade de transmissão de sinal e não sofrem interferência como o AM. Segundo Prata (2008, p. 28),

Uma tendência da audiência do rádio no Brasil é a queda pela preferência do AM. As emissoras FM a cada dia têm abocanhado faixas importantes do público que antes era cativo do AM. Uma das razões desta queda pode ser apontada como a baixa qualidade de som do AM, sempre associado a chiadeiras e ruídos constantes. Algumas estações AM oferecem, inclusive, ajuste gratuito em antenas de automóvel, para que o som chegue mais claro aos ouvintes. (PRATA, 2008, p. 28).

Uma emissora operando em FM tem qualidade de áudio superior ao AM, porém tem alcance diminuído, podendo alcançar normalmente entre 90 e 100 Km. A distribuição dos canais e potência de cada um obedece a regras e normas imposta pela agência reguladora e segue a determinação da ANATEL.

3.1 Diferenças entre o AM e o FM

É comum o relato de pessoas que não gostam de ouvir rádio AM por não gostar tanto da programação mais voltada ao noticiário ou esporte. É claro para o ouvinte do rádio a supremacia de conteúdo informativo no rádio AM em relação ao FM. A obra: Como Criar, Produzir e Apresentar no Rádio de Cyro César, retrata as principais diferenças entre

emissoras que operam em AM e FM. Para o autor, as emissoras AM são mais populares e estão mais próximas de seus ouvintes.

O rádio AM possui uma linguagem mais quente e mais próxima do ouvinte. Os programas produzidos para o AM buscam maior intimidade com o ouvinte. Falam mais perto do ouvido, para chegar mais rápido ao coração. Embora as emissoras no AM também busquem a segmentação junto ao público ouvinte, é notória a preocupação com a cumplicidade e participação de quem ouve a rádio. Seja na notícia, na utilidade pública ou no entretenimento a linguagem do AM tem sua linguagem própria - mais extensiva e explicativa. (CESAR, 1996, p. 33).

Para Cyro César (1996, p. 33), a produção no rádio AM, exigem mais da equipe, tanto em conteúdo como no conhecimento do profissional que nela opera, coordena ou informa os ouvintes.

O produtor de um programa no AM vai preocupar-se mais com o preenchimento do tempo da programação com diálogos, conversas e a palavra do comunicador. Sua tarefa é preencher um programa com 70% de comunicação e 30% com músicas, quando não eliminar as músicas, no caso de uma rádio news (rádio de notícias). Encontramos comumente programas de caráter mais popular preenchendo as seguintes características. (CESAR, 1996, p. 33).

O autor (CÉSAR, 1996, p. 34) ainda comenta em sua obra alguns aspectos do rádio AM. Segundo ele no Brasil o rádio FM é bem peculiar, mas segue uma tendência mundial apelando para uma forma mais objetiva de interlocução com o ouvinte.

Sua linguagem é mais direta e objetiva, visando buscar o ouvinte pela instantaneidade. O perfil do ouvinte do FM não é ligado a uma só emissora como no AM. O ouvinte do FM busca a música ao invés do diálogo. É comum o ouvinte mudar de estação quando a emissora veicula seus comerciais ou quando o locutor começa a falar muito. (CESAR, 1996, p. 34).

É comum muitas emissoras de FM ter em sua programação algo parecido com uma programação de rádio AM, porém segundo o autor os efeitos e objetivos de fidelização com o ouvinte nem sempre são alcançados.

Embora muitas emissoras no FM procurem popularizar mais sua segmentação como no AM, dificilmente conseguem estabelecer a mesma fidelidade do ouvinte com a rádio. No FM também está presente a segmentação do ouvinte com a programação, ou seja, uma emissora que toque somente samba terá a maioria de seus ouvintes adeptos ao gênero. O FM apresenta ainda uma característica bem peculiar do AM, seus comunicadores segmentam também a forma de apresentar os programas. Uma emissora que toque rock terá seus comunicadores inflexionando uma locução dentro da linguagem do público

ouvinte. Bem como outra emissora que já seja adepta do gênero sertanejo, terá seus comunicadores assumindo uma postura mais popular e regional. (CESAR, 1996, p. 34).

Levando em consideração o contexto apresentado pelo autor (CESAR, 1996, p. 34), podemos definir nas Tabelas 1 e 2, as seguintes comparações no que diz respeito à programação e aspectos gerais entre as emissoras que operam no AM e FM.

Tabela 1 – Demonstrativo de grades de programação em AM e FM

Programação em Emissoras AM	Programação em Emissoras FM
Programas de informação de notícia	Programas de música
Programas de entretenimento	Programas de variedades
Programas de prestação de serviços	Programas informativos
Programas esportivos	Programas de entrevistas

Fonte: Marcelo Marcos Kieling.

Ainda utilizando o embasamento do autor Cyro César, podemos observar outros aspectos em relação às diferenças entre as emissoras AM e FM.

Tabela 2 – Principais aspectos gerais em AM e FM

Aspectos	AM	FM
Recepção	Com interferências	Sem interferências
Transmissão	Longo alcance	Curto alcance
Conteúdo	Popular	Segmentado
Perfil do Ouvinte	Adulto	Jovem
Linguagem	Próxima do ouvinte	Objetiva
Equipe	Maior (10 ou mais)	Menor (10 ou menos)

Fonte: Marcelo Marcos Kieling.

4 O RÁDIO DIGITAL

Neste capítulo vamos destacar o grande motivador da proposta de migração do rádio AM no país. A implantação do rádio digital no Brasil seria a saída para os problemas reclamados pelos concessionários de emissoras em AM, porém, o fracasso em sua implantação no Brasil deu margem para os diretores exigirem algo a curto prazo que acabou gerando essa proposta impensada e vantajosa para alguns setores que terão ampla vantagem com a migração do rádio brasileiro. No Brasil pelo menos dois modelos de transmissão digital seguem sendo testados por emissoras autorizadas pelo governo. Um deles é o produzido nos Estados Unidos patentado de IBOC (In Band - On Channel), ou no mesmo canal. O IBOC foi desenvolvido pela empresa "iBiquity Digital", podendo servir tanto as emissoras AM quanto FM. O modelo foi aprovado nos EUA em 2002. Na Europa o DRM (Digital Radio Mondiale) o sistema funcionaria somente para as emissoras AM e ainda em testes em estações de rádio europeias. Os dois modelos estão em testes nas principais capitais do país. Um terceiro modelo de transmissão digital o ISDB, produzido no Japão já está sendo utilizado naquele país em televisões e rádios, porém nem recebeu licença para testes no Brasil.

Na obra *a Implantação do Rádio Digital no Brasil: Testes, Impacto e Perspectivas*, da Autora Patrícia Rangel Moreira Bezerra (2016), se destaca um comparativo entre os modelos acima citados.

Comparando os Sistemas O sistema americano IBOC é um sistema flexível, servindo tanto para FM quanto AM, nas atuais frequências, sem faixas adicionais e transmitindo áudio e dados simultaneamente, permitindo às emissoras se digitalizarem com um processo rápido e simples de migração. Já o sistema europeu serve somente para o AM. Tanto o IBOC quanto o DRM tem por objetivo melhorar a qualidade do som. (2016).

A obra ainda mostra o desinteresse do governo brasileiro pelo modelo japonês, que já está em funcionamento naquele país.

O sistema japonês ISDB já é uma "convergência tecnológica" de rádio com TV digital e dependerá do sistema dotado pela TV em cada país e funciona na faixa de VHF/UHF (que engloba o FM), mas requer uma largura de banda de cerca de 470 kHz (430 para o sinal mais uns 20 kHz de banda de guarda de cada lado) - portanto, é inviável para ser instalado exatamente na faixa de FM, teria que ser alocado em algum canal livre de TV. Já o ISDB-Tsb foi concebido para ser um sistema multimídia de faixa estreita: além do áudio, ele pode transportar dados e imagens ou vídeo em baixa resolução (para celulares, por exemplo). Do ponto de vista do usuário, a vantagem seria grande, pois o mesmo receptor poderia captar os sinais das TVs e das rádios. (2016).

Com início dos estudos iniciados na década passada, a digitalização do rádio tem tirado o sono de muitos empresários que não acreditam mais em tal mudança.

4.1 Migração de Frequência

Após o fracasso da digitalização do rádio no Brasil, de muitos pedidos e pressão política exercida por parte dos concessionários de emissoras de rádio, a ANATEL colocou em prática um estudo visando observar a real necessidade de mudanças nos modelos de transmissão de frequências para as emissoras que operavam na faixa AM no Brasil. O resultado de um estudo técnico resumiu as principais dificuldades encontrada por ouvintes e emissores de conteúdo em rádio AM. O estudo datado de 2010 já apontava o fim do rádio AM caso seguisse nestes moldes de transmissão.

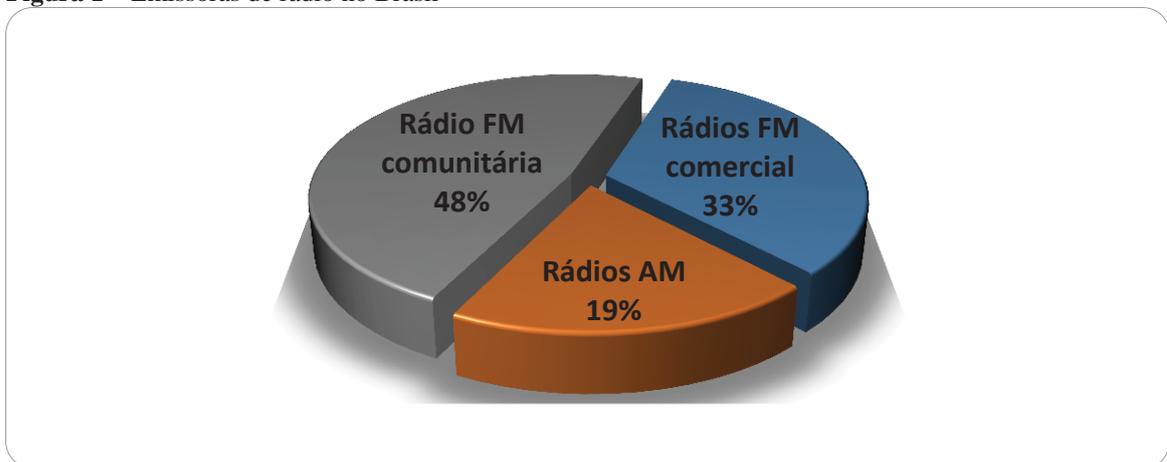
Além da notória diferença na qualidade do áudio para as rádios FM, o crescimento urbano aumenta cada vez mais o patamar do nível de ruído e polui a faixa com emissões espúrias, deteriorando a qualidade do áudio e prejudicando a área de cobertura das emissoras. A urbanização também prejudica a condutividade do solo, essencial para a transmissão em AM. (Anatel, 2010).

Outro fator importante a ser ressaltado é o custo de implantação de uma emissora que opera em FM. A montagem e instalação de uma emissora FM, pode custar 30% a menos do que uma emissora do mesmo porte que opera em AM. O custo menor está basicamente na montagem e manutenção de um parque de transmissão, o FM ocupa um espaço até 10 vezes menor para a montagem de uma antena, uma vez que não são necessários radiais, (fios de cobre) abaixo da torre, como no AM, que necessita de um espaço maior dependendo da frequência da emissora.

Além disso, as estações de AM têm custos de instalação e manutenção muito maiores - são grandes torres que consomem uma substancial quantidade de energia para operar. E a potência de operação muda conforme o período do dia - à noite é preciso diminuir a potência devido ao fenômeno da propagação ionosférica, típica da faixa de OM, que aumenta o nível de interferência entre as emissoras. Para piorar a situação, os receptores de AM são cada vez mais raros, ao contrário dos de FM, cada vez mais portáteis e mais integrados aos celulares, tocadores de MP3 e diversos outros dispositivos eletrônicos. Tudo isso afasta os ouvintes, afeta o market-share das emissoras e põe em risco sua própria subsistência". (Anatel, 2010).

Responsável pela fiscalização e outorgas de operações, o Ministério das Comunicações decidiu tomar iniciativas. Após estudos e solicitações de empresários do setor radiofônico, por meio de decreto da presidência nº 8139, o Ministério autorizou a migração das emissoras de rádio que operam na faixa AM para a faixa FM. Dados do Ministério das Comunicações apontam que no Brasil existem hoje 1885 (MINICOM, 2016) emissoras operando na faixa AM, enquanto no Rio Grande do Sul são 159 (AGERT, 2016). Na Figura 1, uma demonstração também das outorgas de emissoras de rádio em operação no Brasil.

Figura 1 – Emissoras de rádio no Brasil



Fonte: Marcelo Marcos Kieling.

Tratando-se de uma questão recente, observa-se poucos estudos na área de migração de frequência da Rádio. O fato de o assunto ser novo e proposto recentemente pelo ministério das comunicações é um complicador para tal pesquisa. O texto: Migração de Programação de AM para FM (TORMENA et al, 2015), tratou do assunto.

O trabalho pesquisou dados da época de 2012, em duas emissoras de rádio de Curitiba-PR. Na década passada o assunto ainda era uma incerteza e a migração de frequência se quer era uma realidade no meio radiodifusor. Os pesquisadores então concluíram que o rádio AM tem seu futuro incerto nos próximos anos, tornando assim a mudança de frequência algo necessário para a sobrevivência:

O presente trabalho, bem como seus estudos e assuntos abordados, buscou debruçar-se sobre as programações oriundas de AM e FM, avaliando um possível processo de migração de conteúdo das programações e com isso uma melhora qualitativa nas mesmas, e em suas diferentes formas de transmissão. Verificou-se nos referenciais teóricos, e nas entrevistas com os diferentes profissionais da área, que o rádio desde sua criação e até hoje, mostra-se um

meio de comunicação em massa que está presente de forma decisiva atuando como agente transformador e de poder de influência nas tomadas de decisão e ainda estipulando tendências. Conclui-se que haverá paulatinamente uma migração das rádios em AM para FM, ou pelo menos de seus formatos e que ocorrerão alterações nas programações migradas de AM para FM para serem adequadas e aceitas pelo ouvinte. Dessa forma, fica claro que as rádios AM têm seu futuro incerto nos próximos anos, mantidas as condições técnicas e tecnológicas atuais e isso está vinculado a processos políticos que ditarão como se dará a digitalização no Brasil e principalmente, mas não apenas, qual modelo será usado em território nacional. (TORMENA et al, 2015).

Os autores (TORMENA et al, 2015) ainda destacam que justamente a falta de informações sobre o assunto e as especulações aliadas as indefinições técnicas causam uma certa demora e impedem que o processo ande e o rádio realmente evolua.

A falta de definições políticas previstas para o processo de digitalização das ondas de rádio traz instabilidade, especulação e certa cautela nas trocas de grades, pois é lento pelo ouvinte a absorção de um conteúdo e, mudá-lo sem saber como será a continuidade das transmissões, deixa os investidores dos grupos gestores apreensivos e trabalhando de forma lenta no aguardo de definições políticas. (TORMENA et al, 2015).

É claro no texto dos autores a falta de interesse dos órgãos competentes em relação a evolução do rádio. O desinteresse pela digitalização do rádio reflete diretamente na demanda de emissoras de rádio AM para o FM. Emissoras que operam em AM têm enfrentado várias adversidades em aspectos técnicos. Em capitais ou mesmo grandes centros, a sintonia do sinal acaba sendo prejudicada devido a interferência de outras frequências; sinal de internet, aparelhos de comunicação e até mesmo sistemas de iluminação tem atrapalhado a sintonia das emissoras na frequência AM.

O rádio AM por si só com o passar dos anos passou a perder audiência devido a sua qualidade sonora e de sintonia. Ainda segundo o ministério não existem novas solicitações de operação de emissora na faixa, o que seria reflexo da concorrência do serviço de FM que possui uma qualidade melhor em relação ao AM.

Após o decreto e depois da autorização Ministério das Comunicações, as rádios têm autorização ainda para operação em AM por cinco anos até fazer a total migração do serviço. O grande problema seria em regiões onde já existe um número considerado de emissoras no FM, o que poderia causar um congestionamento no dial. Para essas regiões as emissoras terão processo de migração mais moroso em virtude de um estudo mais amplo para a ampliação da faixa.

Emissoras de FM hoje operam entre 87.9 MHz a 107.9 MHz. Abaixo disso estão as emissoras de TV analógicas que operam entre: 76 MHz até 87.8MHz. Após as emissoras analógicas deixarem a frequência livre em virtude da migração para o modo digital de transmissão as rádios poderão ocupar um espaço maior, iniciando a transmissão em 76 MHz seguindo até os atuais 107.9 MHz, faixa máxima de operação.

O autor Willians Cerozzi Balan (2016), em sua publicação destaca que a qualidade sonora das emissoras que utilizam a tecnologia AM é inferior e tem dificuldades em relação a transmissão de sons, especialmente música, porém a propagação acaba sendo maior em relação ao FM por exemplo.

Emissoras que utilizam a tecnologia AM, possuem restrições na qualidade do som transmitido. Entretanto, o alcance de suas ondas pode ser muito longo, não sendo raro poder sintonizar no Brasil diversas emissoras europeias ou asiáticas (TORMENA et al, 2015).

As alterações nos modos de transmissão terão alguns investimentos para os empresários do setor. A necessidade de novos equipamentos, incluindo um transmissor novo, serão a nova realidade da grande maioria das rádios brasileiras. Nesta proposta de migração os proprietários de emissora AM deverão pagar para o Ministério das Comunicações a diferença entre o valor da outorga para uma emissora FM.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Neste capítulo vamos mapear a opinião dos concessionários de emissoras de rádio sobre a migração de frequência do AM para o FM em emissoras do Rio Grande do Sul. Levaremos em consideração as respostas obtidas em entrevista feita com 16 diretores de emissoras de rádio, em um universo de 159 emissoras que operam em AM no Rio Grande do Sul, totalizando uma amostragem de pouco mais de 10% das rádios AM, das mais diversas regiões do estado. Neste espaço, evidenciaremos as repostas do questionário feito com cada um dos radiodifusores, buscando compreender sua opinião nos quesitos: audiência, faturamento, alcance regional, investimentos necessários para a migração e por fim, a programação da emissora após a migração. Para isto, faremos a seguinte classificação das emissoras pesquisadas:

– **Por potência**, levando em consideração a licença de operação liberada pelo ministério das comunicações. Neste modelo de classificação inserimos apenas emissoras que operam até 10 quilowatts, onde estão inseridas mais de 95% das emissoras. Nestes modelos as emissoras foram classificadas em três categorias:

- a) De até 1 quilowatt
- b) De 2 a 2,5 quilowatts
- c) De 5 a 10 quilowatts

– **Por segmentação**, levando em consideração se a emissora faz parte de um grupo religioso ou pertence a empresários do setor.

– **Por participação ou não em grupos de comunicação**, levando em consideração se a emissora faz ou não parte de um grupo de comunicação, é formadora de rede, geradora de conteúdo.

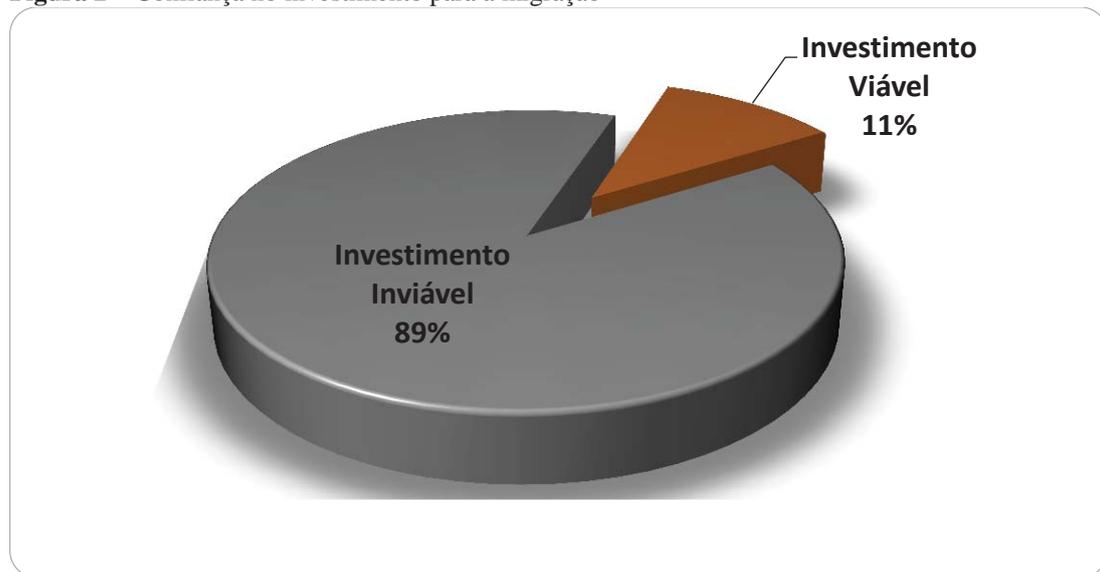
5.1 Investimentos Financeiros para o Processo de Migração

Os valores definidos para as emissoras migrarem de frequência vai variar de emissora para emissora, levando em consideração aspectos como: região onde a emissoras tem sua outorga, número de habitantes cobertos com o sinal do canal e potência já em operação, além do Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), a renda per capita, entre outros indicadores econômicos de cada município. De acordo com as tabelas já liberadas pela agencia reguladora (AGERT) o valor para os radiodifusores vai variar de R\$ 8mil para R\$ 4milhões.

A Portaria nº 6.467 com os valores da migração do rádio AM para FM foi assinada em 2015 pelo ministro das Comunicações, André Figueiredo, em solenidade que contou com a presença da presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto, em Brasília. Mais de 300 radiodifusores prestigiaram a cerimônia. Os preços foram definidos levando em conta o PIB, o IPC, a renda per capita e outros indicadores econômicos de cada município. A emissora de mais alta potência de São Paulo, por exemplo, possui o maior valor, calculado em R\$ 4.446.838,76. Já os municípios abaixo de 10 mil habitantes pagarão R\$8.448,99 pela migração. (AGERT, 2015).

Nas entrevistas realizadas, podemos observar que a grande maioria dos radiodifusores farão a migração de frequência por se tratar de um decreto presidencial e não levando em consideração uma real necessidade de melhoria no sinal transmitido. De acordo com os dados, 14 dos 16 ouvidos farão a migração por força de lei e ainda segundo o levantamento a grande maioria dos responsáveis pelas emissoras ouvidos para a pesquisa, acreditam que os investimentos não são viáveis para a saúde financeira do grupo. Os menos temerosos até veem a proposta e investimento na migração com bons olhos, mas somente acreditam em um retorno a um longo prazo, tornando um investimento alto demais para o momento em que segundo a grande maioria é difícil para os veículos de comunicação.

Como já destacado, no terceiro capítulo desta obra a montagem e instalação de uma emissora FM, pode custar 30% a menos do que uma emissora do mesmo porte que opera em AM. O custo menor está basicamente na montagem e manutenção de um parque de transmissão, o FM ocupa um espaço até 10 vezes menor para a montagem de uma antena, uma vez que não são necessários radiais (fios de cobre) abaixo da torre, como no AM. Embora os dados da ANATEL, sejam genéricos servem para se ter uma base em relação aos custos que serão empregados para o processo de migração. Muitas emissoras além das licenças e compra do novo canal terão investimentos em transmissores, parques de transmissão e até mesmo investimentos internos para a operação na nova faixa. Segundo engenheiros e consultores o processo de migração vai variar de R\$ 100 a 350 mil reais. Os dados da Figura 2 mostram o grau de confiança na migração enquanto salvador da pátria para as emissoras de rádio em um contexto geral das emissoras do estado.

Figura 2 – Confiança no investimento para a migração

Fonte: Marcelo Marcos Kieling.

Apenas 11% dos responsáveis pelas emissoras entrevistadas entendem que a migração é um bom investimento enquanto 88% não acreditam valer a pena um investimento para migrar de frequência.

No processo de migração não são apenas investimento financeiros e em equipamentos os necessários para se ter uma boa rádio neste novo modelo proposto pelo governo. Para se ter uma emissora boa de frequência e alcance se precisa de um bom projeto técnico e isso também pode custar caro. No estado do Rio Grande do Sul basicamente duas empresas assessoram as emissoras de rádio no processo de migração.

As duas empresas têm seus projetos assinados e como proprietários, engenheiros de telecomunicações com larga experiências na área. Uma assessoria como essa pode custar até R\$ 100 mil reais, dinheiro que vai sendo pago ao longo dos anos em contratos de assessoria que podem variar de um a dois salários mínimos vigentes por mês. No contato com os radiodifusores pode se constatar também o interesse dos dois principais assessores técnicos em relação à migração, ambos tem vendido a ideia de que a migração é o futuro do rádio AM no Brasil. Para esses dois engenheiros atuantes no Rio Grande do Sul, que atendem a 80% das emissoras participantes da pesquisa, isso pode significar a garantia de sua aposentadoria. Segundo os concessionários de rádio no estado, pouco foi discutido sobre o rádio digital, processo que fracassou e pouco se debateu pela falta também do interesse de profissionais da área.

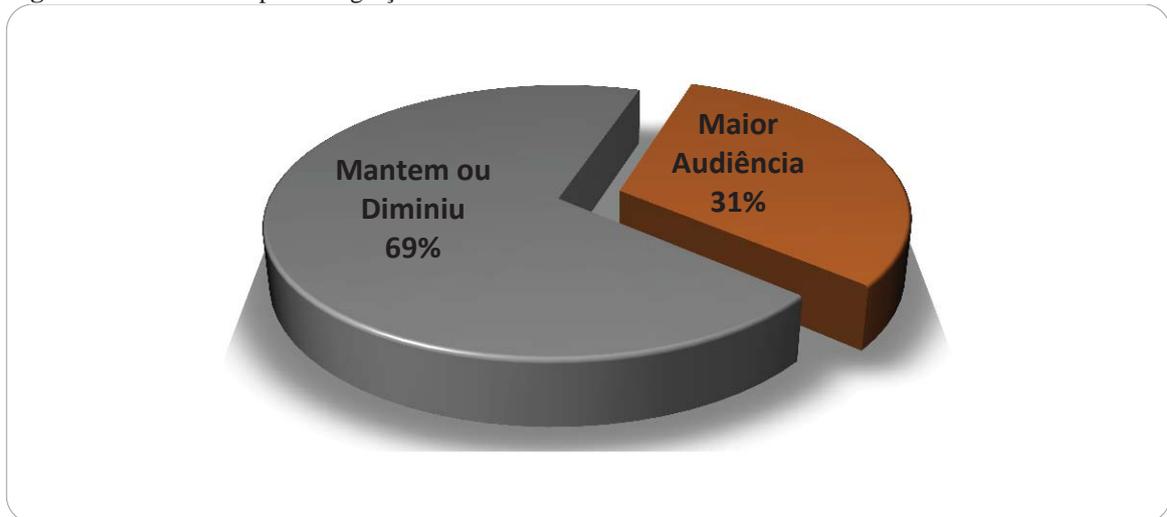
Um dos fatores que preocupa os proprietários de rádio no sentido de migração é a falta de aporte financeiro para a migração. Sabe-se que além dos custos com o novo canal

ainda existe o investimento de equipamentos como transmissor, em alguns casos novos equipamentos também para o estúdio, uma vez que se deixa de transmitir em mono e passa-se a levar ao ar som estéreo. Investimentos que vão varia de emissora para emissora, podendo chegar R\$ 200 mil reais.

5.2 Audiência após a Migração

Chega a ser assustador o pensamento de alguns diretores e proprietários de emissoras de rádio no Rio Grande do Sul. Existem muitas divergências na ideia de um público maior a ser alcançado. Embora a parte técnica permita uma maior penetração pela região é possível perceber que os radiodifusores ainda tem cautela em contar pontos a favor. Em um contexto geral das emissoras podemos afirmar que a grande maioria dos diretores ouvidos não acredita em uma audiência maior. Grande parte deles aposta em uma fidelização maior sem perder ouvintes pela qualidade do sinal ou dificuldade de sintonia.

Outro fator apontado pelos diretores quando questionados sobre a audiência é a qualidade do produto a ser ofertado para o ouvinte. Em sua grande maioria houve a ideia sensata de que a programação e o conteúdo a ser exibido na grade da emissora é que vai determinar a audiência do canal. É justamente esse ponto que faz uma interrogação começar a dar sinais de existência na cabeça do radiodifusor, logo eles que acreditam em um produto como fator principal para ter uma audiência maior ou retorno financeiro mais generoso são os mesmos que pretendem desfigurar o quadro de funcionários. Grande parte já desfigurou e trabalha com um número enxuto de profissionais dentro das emissoras. A Figura 3 mostra os números em relação a questão sobre acreditar em uma audiência maior após a migração de AM para FM. O número de administradores de emissoras de rádio que acredita em uma audiência maior é pequeno em relação aos que pensam o contrário. Segundo os dados 31% dos entrevistados imaginam uma audiência maior enquanto a grande maioria 69% acredita em uma queda ou permanência nos mesmos patamares de audiência.

Figura 3 – Audiência após a migração

Fonte: Marcelo Marcos Kieling.

A maioria dos diretores de emissoras de rádio afirmam que emissoras que ficarem em uma banda estendida, abaixo do tradicional em aparelhos receptores, ficarão muito tempo sem audiência o que pode resultar em perda significativa de ouvintes.

Em relação às emissoras de até 1 quilowatt de potência a preocupação é maior, uma vez que no FM terão seu alcance diminuído. Esse dado mostra uma divisão de opiniões entre concessionários com outorgas para operação em uma maior potência como as emissoras de 5 até 10 quilowatts que terão um alcance bem maior no FM, podendo atingir regiões inteiras do estado caso consigam a mesma potência no FM. As emissoras da faixa de 1 a 2,5 quilowatts terão basicamente a mesma outorga tanto no AM como FM.

As respostas mais otimistas vêm de concessionário de emissoras pertencentes a grupos de comunicação que demonstram uma maior expectativa em relação a audiência. Os dados mostram que todos os responsáveis pelas concessões que participaram da coleta de dados estão otimistas quanto a possibilidade de retomar um número maior de ouvintes após a migração. Já em relação a classificação por segmentação da emissora se percebe que as respostas otimistas em sua grande maioria vêm de emissoras ligadas a grupos religiosos ou mantidas por igrejas ou comunidades religiosas.

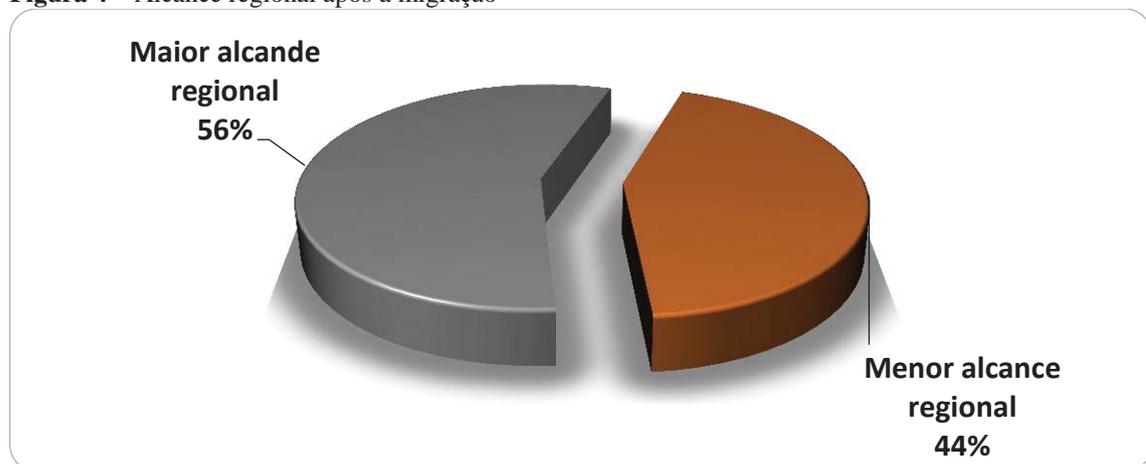
5.3 Alcance Regional

Ficou perceptível e decretado que as emissoras com uma maior potência, já no AM, serão as mais beneficiadas com a propagação pela sua região. Embora a definição de frequência e classe de cada emissora após a migração já esteja definida pelo MINICOM,

ainda é clara a ideia de um alcance maior na sua região de operação para os radiodifusores. Perguntados sobre a possibilidade de uma penetração maior através de alcance regional a grande maioria dos entrevistados “torce” para uma realidade breve com a migração, porem reconhecem que faturar nessas regiões é algo incerto.

Ficou evidenciado nas entrevistas que responsáveis por emissoras ligadas a igrejas e entidades religiosas tem interesse em um alcance maior, propondo-se ainda a pleitear junto ao ministério uma outorga para aumento de potência. O mesmo acontece com emissoras de baixa potência até 2,5 quilowatts. As emissoras com fins lucrativos e que já operam com uma potência maior, de 5 a 10 quilowatts, pretendem permanecer operando com sua capacidade normal e mantendo um faturamento em seu território, alegando dificuldades de explorar comercialmente outras regiões possivelmente já ocupadas por outras emissoras de rádio. Os dados da Figura 4 mostram a expectativa de um alcance regional com a emissora operando no FM. Neste questionamento o número de concessionários que acreditam em um alcance regional maior no FM em relação ao AM é de 56% contra 44% que se mostram preocupados com questões técnicas que podem atrapalhar sua abrangência regional.

Figura 4 – Alcance regional após a migração



Fonte: Marcelo Marcos Kieling.

5.4 O Faturamento após a Migração

Talvez de todos os motivos apontados para uma mudança nos moldes de transmissão, o faturamento é o que tem mais peso. Embora em muitos municípios o faturamento das emissoras é considerável bom, em outras a dificuldade de sintonia, a

péssima qualidade de som aliados ao desinteresse pelo rádio acabam refletindo diretamente na receita das emissoras. Tal fato, faz com que entidades e concessionários realizem tamanha mobilização em prol de uma solução rápida para o resgate de bons valores para o veículo. Não que a migração seja o caminho mais rápido para salvar o rádio, mas diante do fracasso no processo de digitalização talvez esse seja esse o caminho mais rápido para se percorrer. Após o levantamento podemos afirmar que sobre este assunto os dados mostram uma divisão entre as opiniões e assim em um contexto geral sem classificação das emissoras podemos dividir em três grupos as emissoras de rádio: O grupo um, que acredita em um aumento no faturamento que vai de 10 a 20%. Um segundo grupo, que não acredita em um faturamento melhor, inclusive teme uma queda nas receitas e um terceiro grupo, este o maior de todos, que não imagina como o ouvinte e anunciante vai se comportar diante desta mudança.. A Figura 5 mostra esses detalhes em números e mostra mais uma vez a incerteza dos resultados da migração. 40% dos entrevistados não sabem responder sobre este tema enquanto 33% acreditam em um aumento no faturamento da emissora. O mesmo número de empresários do setor teme uma queda na arrecadação publicitária.

Figura 5 – Faturamento após a migração



Fonte: Marcelo Marcos Kieling.

Ficou evidenciado nas entrevistas, que as emissoras pertencentes a grupos de comunicação e grupos religiosos estão otimistas e preveem vantagens coma migração. Os relatos mostram que as emissoras formadoras de rede deverão se estabelecer agora com uma só linguagem e inserir na sua grade programas em rede, aumentando assim a expectativa de lucros maiores. Emissoras voltadas a entidades religiosas ou grupos com interesse em difundir ideias demonstraram desconhecer ou não souberam informar o futuro

de suas receitas, tal como já está empregado nos dias de hoje em sua política de administração. Emissoras de potência baixa, deixaram transparecer além do desconhecimento sobre o futuro da arrecadação publicitária nas emissoras, o medo de uma queda no faturamento após a migração. Neste contexto vemos mais uma vez que a migração de frequência não é algo claro para os concessionários que estão arriscando seus negócios de anos ou de gerações em uma aventura desconhecida impostas por entidades e governos com interesses particulares.

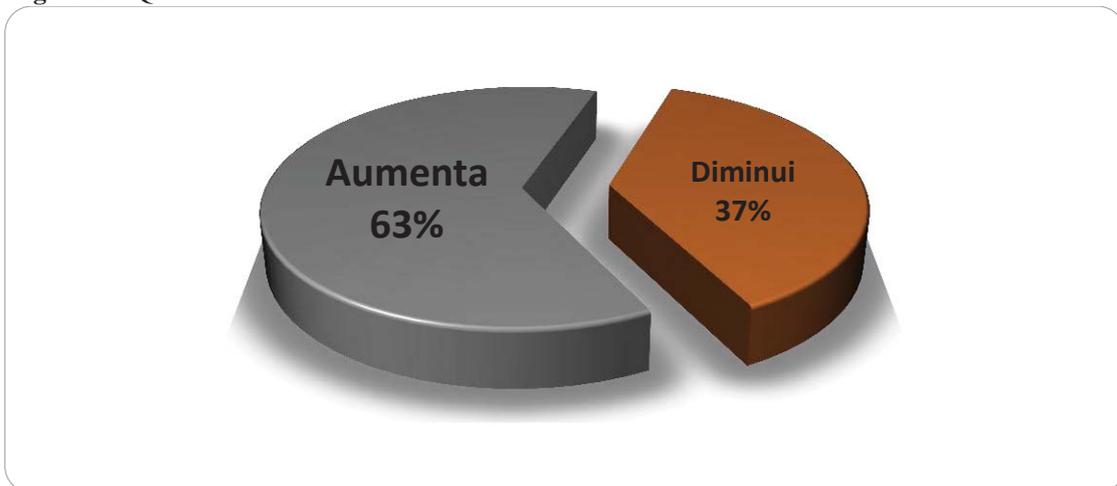
5.5 Quadro Funcional da Emissora

Não são poucas as emissoras que pretendem diminuir o número de funcionários após a migração. Embora o número maior de concessionários entrevistados mantenha seu quadro de profissionais todos deixaram bem claro que a mudança é uma constante e a admissão ou demissão de novos profissionais depende de novos projetos e principalmente do faturamento da empresa. Postura essa que muda com relação as emissoras voltadas a grupos religiosos que em sua grande maioria já tem uma equipe reduzida, porém com salários em grande parte maior que o do mercado atual. Nesses veículos o número de demissões no processo de migração quase nem deve existir assim como nas emissoras de baixa potência até 2,5 quilowatts que também operam com um número pequeno de empregados diretos, parte delas opta também por profissionais terceirizados com a venda de horários para empresas, clubes ou até mesmo pessoas da comunidade interessadas em apresentar um programa. Esses modelos de parcerias estão presentes em 75% das emissoras pesquisadas. Doze das 16 rádios que fazem parte da nossa pesquisa vendem um ou mais espaços para profissionais que não estão registrados na emissora. Modelo que não é permitido pelo sindicato dos radialistas, mas que torna a folha de pagamento mais leve para as empresas de comunicação.

Conforme já destacado no segundo capítulo, o autor Cyro César, em sua obra Como Criar, produzir e apresentar no rádio, destaca que: “a produção no rádio AM, exigem mais da equipe, tanto em conteúdo como no conhecimento do profissional que nela opera, coordena ou informa os ouvintes” Nesse contexto, levando em conta que algumas emissoras devem permanecer com a mesma programação é inevitável pensar que ou a qualidade da programação vai cair ou a emissora demitindo não vai conseguir manter a mesma programação que tinha no AM, obrigando paulatinamente os diretores a ir mudando a programação para um novo formato que deve surgir ao longo dos próximos

anos. As emissoras de rádio com uma potência maior devem sim demitir funcionários, alegando que o FM deve mudar a roupagem da emissora, tornando a programação mais enxuta o que segundo os diretores entrevistados vai facilitar o trabalho de menos profissionais em relação a hoje. Uma das emissoras ouvidas em nossa pesquisa possui licença de outorga para 10 quilowatts e opera hoje com mais de 40 funcionários, número que deve diminuir nos próximos anos. A Figura 6 mostra a realidade das emissoras em relação ao quadro de funcionários em um contexto geral sobre a permanência ou demissão de funcionários após a migração. No levantamento, também se observou que um número maior de emissoras de rádio administrada por empresários ou grupos, diferentemente das igrejas pretende diminuir o número de profissionais, na tentativa de claramente aumentar os lucros líquidos ou ao menos minimizar as perdas de uma década ruim para o rádio. Em um contexto geral 63% dos entrevistados acreditam aumentar o número de funcionários com a migração, já 37% das emissoras devem demitir pessoal com a mudança de frequência.

Figura 6 – Quadro de funcionários



Fonte: Marcelo Marcos Kieling.

5.6 Mudança na Programação

Em relação a mudança na programação as opiniões são de forma igual, ao menos em um contexto geral. Pelo levantamento, compreendemos que a metade é favorável a mudança na programação, enquanto a outra metade se opõe a mudança. Ainda no primeiro capítulo, destacamos os perfis de programação das emissoras e as diferenças entre o AM e

o FM. No contexto, o autor Cyro Cesar (1996, p. 34) abordava aspectos peculiares de cada programação detalhando o perfil de cada ouvinte e da programação.

O rádio FM é bem peculiar, mas segue uma tendência mundial apelando para uma forma mais objetiva de interlocução com o ouvinte e sua linguagem é mais direta e objetiva, visando buscar o ouvinte pela instantaneidade. O perfil do ouvinte do FM não é ligado a uma só emissora como no AM. O ouvinte do FM busca a música ao invés do diálogo. É comum o ouvinte mudar de estação quando a emissora veicula seus comerciais ou quando o locutor começa a falar muito. (CESAR, 1996, p. 34).

No levantamento as palavras do autor não condizem muito com o pensamento dos proprietários de emissoras no estado, principalmente no interior. Pode se acreditar que a tendência exposta pelo autor, que até então era aceitável deve mudar e com a migração de frequência certamente com o passar dos anos esse pensamento sobre programação e perfil do ouvinte vai sofrer uma mudança radical uma vez que a metade dos concessionários de rádio no Rio Grande do Sul, devem permanecer com a mesma programação de AM, travestindo assim uma programação que tem um perfil até então rotulado como uma programação de AM, para FM.

A Figura 7, mostra como um todo, sem classificação por potência, grupo e segmentação a divisão entre as emissoras quando o assunto é a programação que deve ser implantada no AM. A ideia de mudança ou não é igual 50% acreditam que mudar seja necessário enquanto a outra metade garante querer manter a mesma programação.

Figura 7 – A programação no FM



Fonte: Marcelo Marcos Kieling.

Neste quesito não observamos nenhuma tendência para emissora com mais ou menos potência. No quesito administração, também não observamos mudanças entre emissoras administradas por empresários ou instituições religiosas. Ficou clara a postura para emissoras pertencentes em grupos de comunicação onde neste caso, as emissoras que hoje operam em AM passarão a competir diretamente com sua FM local. Para isto os diretores de tais canais deverão manter a mesma programação hoje veiculada no AM com no máximo alterações de qualidade na plástica da emissora, evitando assim uma concorrência direta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após muito se debruçar nas obras de diversos autores que se referem ao rádio, um dos veículos de massa mais presente na vida dos brasileiros, após ouvir um montante considerável de diretores, proprietários e engenheiros responsáveis por outorgas de emissoras de rádio no Rio Grande do Sul e pela experiência vivida em mais de uma década no rádio, podemos mapear a opinião dos responsáveis pela condução de cerca de 10% das emissoras de rádio AM no Rio Grande do Sul e assim traçar um futuro assombroso para o setor em um contexto geral.

Neste trabalho, concluímos que o desconhecimento dos diretores de rádio sobre a migração de frequência é tão grande quanto o conto de fadas contado pelos órgãos reguladores. A falsa promessa de salvar o rádio migrando do AM para o FM é facilmente desmascarado quando traçamos alguns pontos em nosso trabalho. As mesmas crises de audiência e faturamento vividas pelas emissoras AM também são sentidas pelo FM, logo migrar uma emissora de frequência não é um bom negócio ou a salvação para o meio como vem sendo esperado por grande parte dos interessados. Se fosse, certamente as emissoras de FM teriam um faturamento maior do que os números alcançados pelas emissoras que operam hoje no AM, algo que não condiz com a realidade das emissoras, principalmente as do interior. Neste estudo, também chamamos a atenção para alguns aspectos, como por exemplo o fato de alguns países já estarem bem avançados no que diz respeito ao rádio digital. A Noruega, por exemplo já desligou suas emissoras que operam em FM ainda no ano passado para operar somente em caráter digital. O Brasil ainda engatinha para realizar uma simples migração de frequência, que nada mais é do que uma tentativa de apagar um fracasso administrativo e de falta de competência em contratar um serviço adequado ou modelo de transmissão digital já empregado em outros países citados, tal responsabilidade seria do Governo Federal. O Brasil perdeu anos tentando implantar o sistema americano IBOC e sem sucesso ficou à mercê de contratos feitos com as empresas de consultoria contratadas.

Mais uma vez, os interesses políticos beneficiaram meia dúzia, e no rádio isso já é algo bem presente, uma vez que as outorgas hoje operantes resultaram em sua grande maioria de favorecimentos políticos em governos anteriores. Neste estudo, também apuramos que no processo de migração o Ministério das Comunicações não teve interesse algum em esclarecer pontos como o destino dos canais de rádio AM. Sendo assim, muitas dúvidas não foram sanadas e o mais preocupante é que a vontade de migrar de frequência

do AM para o FM, por parte dos diretores e proprietários de rádios, muitas vezes é maior do que a preocupação com o futuro do veículo. Assim como também não ficou claro algumas questões como: com quem vão ficar os canais de rádio AM no Brasil sendo que eles vão continuar existindo, podendo inclusive ser utilizados em um simples modelo de transmissão digital já existente em países europeus, porém não aceito pelos órgãos reguladores aqui no Brasil? Que garantias teremos que o rádio digital não esteja a disposição logo a pós a migração tornando assim um investimento em vão migrar de frequência agora? Nestes casos podemos inclusive citar situações conhecidas do povo brasileiro como a obrigatoriedade do uso de extintores e kits de primeiros socorros em veículos, ferramentas que se tornaram obsoletas em poucos meses. Neste estudo, também observamos que nenhum planejamento foi feito com base em investimentos financeiros para saber se a migração seria uma realidade para as rádios brasileiras e sendo assim ter a certeza que após a emissão das outorgas os concessionários terão dinheiro para a migração. Tal estudo não foi realizado nem pelo MINICOM e muito menos pelos concessionários de emissoras de rádio que se mostraram espantados com os valores possíveis para a migração. Alguns que fazem parte dessa pesquisa demonstraram não ter a mínima ideia dos gastos que terão durante o processo de migração.

No estudo, revelamos vários pontos que não estão sendo observados pelos diretores e ao que tudo indica pelos presidentes de entidades responsáveis em defender os interesses dos radiodifusores, ou pior estariam percebendo, mas fechando os olhos para tamanho erro cometido pela classe.

Na pesquisa, também verificamos que a participação na tomada de decisões sobre aspectos relevantes nem sempre são feitos pelos concessionários ou por administradores de emissoras e sim pelo governo, sua equipe, órgãos reguladores e entidades representativa, levando o interesse do radiodifusor a sempre ficar em último plano. Neste espaço também não podemos deixar de citar o monopólio exercido pelos engenheiros responsáveis pelos processos de migração. No Rio Grande do Sul basicamente dois engenheiros eletrônicos atendem 80% das emissoras de rádio. Chegando a coincidentemente, 100% das emissoras participantes desta pesquisa. Tais profissionais também atendem emissoras de outros estados como Santa Catarina e Paraná. Estes profissionais tem amplo interesse no processo de migração e chegam a tratar o momento do rádio como garantia de sua aposentadoria, uma vez que, a parceria com fabricas de componentes eletrônicos e fabricantes de transmissores de FM é clara e aberta.

A incerteza do sucesso na migração do AM para o FM é algo tão presente, que em termos técnicos, já existe um interesse de grandes emissoras em permanecer no AM, uma vez que, já possuem canais de FM retransmitindo sua programação, o que segundo o MINICOM é proibido. Citamos aqui emissoras como Gaúcha, Guaíba e Bandeirantes de Porto Alegre e até mesmo emissoras regionais como a Uirapurú de Passo Fundo, que tem sua programação de uma emissora, no caso AM, veiculada diretamente no FM, quebrando toda e qualquer regra imposta pelo MINICOM, que proíbe a retransmissão em sua totalidade em outro canal de rádio. Exemplos como os citados reforçam a falta de fiscalização no setor e a fragilidade de controle das emissoras por parte do governo. Tais emissoras são apenas exemplos citados de tantas outras que infringem regras impostas pela agência reguladora e que não teriam motivos para migrar de frequência, uma vez que já estão usufruindo do prefixo, mesmo que de forma ilegal, através de outra outorga adquirida em FM. Tal fato nos faz refletir sobre outra possibilidade: teriam essas emissoras poder para interferir junto ao MINICOM, ANATEL, AGERT e outros órgãos para forçar uma migração das demais emissoras com menos poder político e financeiro, as tornando basicamente únicas a operar no AM?

Tais emissoras com uma grande potência, no Rio Grande do Sul, passariam a dividir os canais de AM com outras emissoras a nível nacional como TUPI – RJ, GLOBO – SP, ITATIAIA – MG e outras emissoras que operam hoje com uma potência relativamente alta, ficando elas todas, com a faixa AM liberada, enquanto ao menos outras quarenta emissoras somente na região norte do estado do Rio Grande do Sul, disputariam a tapa um espaço na faixa FM, ficando basicamente uma colada na outra, sem muito alcance regional arriscando uma interferência e uma falta de fiscalização rígida por parte do governo. Esta disputa por espaço já é possível prever, tendo em mente que o próprio MINICOM já alerta para o uso da faixa estendida, hoje usada pelas TV's, faixa essa que fica fora dos padrões do rádio, a baixo dos 87,5 MHz, não disponível nos receptores populares. Emissoras que ficarem na faixa estendida terão de aguardar uma renovação dos aparelhos e torcer para que seu ouvinte compre um novo receptor para sintonizá-lo.

Neste sentido fica também uma outra grande questão em aberto, sendo que todas as emissoras AM seriam basicamente lançadas em uma vala comum juntamente com as FM's teríamos um congestionamento de emissoras, o que além de não resolver o problemas das AM's atrapalharia comercialmente as FM's, que hoje já sofrem com as emissoras de cunho comunitário que se travestem de emissoras culturais ou de utilidade pública e viram emissoras comerciais escancaradas e que nem mesmo sob denuncia são fiscalizadas, sendo

assim, abrimos o questionamento a seguinte dúvida: teria o governo o qual é responsável pelas outorgas condições efetivas de fiscalização?

O estudo também abordou os concessionários em assuntos como: audiência, alcance, faturamento, mudança na programação e formatação da equipe, este último o mais debatido pela direção das emissoras, que ao mesmo tempo pensa em manter a programação e baixar o número de funcionários. O número de concessionários que pretende manter a mesma programação é basicamente de 50%, ou seja, a metade.

O que podemos perceber no estudo é uma falta de consenso no discurso dos radiodifusores gaúchos que atrelam audiência e faturamento ao produto disponibilizado ao ouvinte, para isso pretendem manter a mesma programação mas com um número menor de funcionários, indo contra a ideia de que uma equipe reduzida não conseguiria manter uma grande produção em uma emissora, se equiparando as FM's, que basicamente preenchem sua programação com música e outras formas de entretenimento, não alcançando um grande faturamento como as AM's, que aproximam o anunciante com atrações e quadros que demandam uma produção maior e logo necessitariam de uma equipe em maior número. Isso tudo reforça que as decisões sobre migração são mais associadas a uma experiência nova ou uma novidade do que uma mudança necessária para alavancar o setor. Neste estudo, ampliamos nosso conhecimento a ponto de se colocar no direito de apontar uma mudança drástica no meio. Antes de uma migração ou preocupação maior com o modelo de transmissão, o rádio precisa se livrar de atravessadores, manter uma distância maior possível de relações políticas e principalmente, precisa de uma mudança interna, trocar os familiares que hoje administram as emissoras de rádio e pouco entendem do setor ou se quer são capazes de decidir algo por um veículo de comunicação, por gestores ou administradores mais competentes, que enxerguem uma emissora de rádio além das esquinas da sua casa e que não mais vejam o veículo como uma fonte de renda da família a tornado caixa de despesas pessoais passando a emissora a ficar anos sem investimentos. Para o rádio voltar a se fortalecer não basta apenas migrar de frequência precisa também limpeza e renovação total na sua entidade sindical e associação estadual, isso também seria algo de extrema urgência, a ponto de evitarmos mais estragos no setor. AGERT e SINDIRÁDIO hoje tem uma postura totalmente apática ao seu mantenedor que é o empresário da radiodifusão, que está abandonado pela sua categoria que defende antes de tudo seus interesses particulares, e ainda por cima de forma falha e sem qualquer conhecimento ou competência.

REFERÊNCIAS

- ABERT. *90% da população brasileira tem acesso ao rádio*. Disponível em: <<http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/23522-90-da-populacao-brasileira-tem-acesso-ao-radio-aponta-pesquisa-ibope-media>>. Acessado em 22 mar 2016.
- AMORIM, Daniela Oliveira Albertin; CAMARGO Eduardo de. *Algumas considerações sobre a história do rádio no Brasil*. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Daniela-Oliveira-Albertin-de-Amorim-e-Eduardo-Camargo.pdf>>. Acessado em 01 abr 2015.
- ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. *A extensão da faixa de FM (eFM) e a migração da faixa de OM: o quê fazer com os canais 5 e 6 da televisão na era digital*. Brasília: ANATEL, 2010.
- BALAN, Willians Cerozzi. JESUS, Antônio Carlos: UNESP – Aplicação dos recursos tecnológicos na educação – projeto apresentado para a CPRT para o triênio 1997 – 1999. Disponível em: <http://www.willians.pro.br/frequencia/cap3_espectro.htm>. Acessado em 22 mar 2016.
- BEZERRA, Patrícia Rangel Moreira. *Implantação do Rádio Digital no Brasil*:
- CESAR, Cyro. *Como Criar, Produzir e Apresentar no Rádio*. São Paulo: Ibrasa. 2000.
- CESAR, Cyro. *Como falar no rádio – prática de locução AM e FM*. São Paulo: Ibrasa. 1990.
- CESAR, Cyro. *Rádio: inspiração, transpiração e emoção*. São Paulo: Ibrasa. 1996.
- DEL BIANCO, Nélia. *Tendências da programação radiofônica nos anos 90 sob o impacto das inovações tecnológicas*. In: DEL BIANCO, Nélia; MOREIRA, Sonia Virgínia (orgs.). *Rádio no Brasil: tendências e perspectivas*. Brasília: UnB. 1999.
- FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto. 2001.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas. 2008.

MELLO, João de. *A história do Rádio*. Disponível em: <<http://www.bn.com.br/radios-antigos/radio.htm>>. Acessado em 12 abr 2016.

MENEGUEL, Ivonte Pedra; OLIVEIRA, Oseias de. *O Rádio no Brasil*. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf>>. Acessado em 01 abr 2015.

MINICOM. *Dados do setor de Radiodifusão* - Planilha com dados numéricos de emissoras em todo o país, 2014. Disponível em: <<http://www.comunicacoes.gov.br/dados-do-setora>>. Acessado em 22 mar 2016.

MINICOM. *Migração das rádios AM*. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/migracao-das-radios-am>>. Acessado em 01 abr 2015.

MINICOM. *Municípios devem enviar propostas de implantação e uso da rede até 30 de junho*. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/radiodifusao/dados-de-outorga/23457-dados-gerais>>. Acessado em 21 abr 2016.

PRATA, Nair. *Webradio: Novos gêneros, novas formas de interação*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/.../1/nair_prata_tese.pdf>. Acessado em 10 abr 2015.

TAPARELLI, Carlos Henrique Antunes. *A Invenção do Rádio*. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/56/03-carlos.pdf>>. Acessado em 01 abr 2015.
Testes, Impacto e Perspectivas. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/Implantacao%20do%20Radio%20Digital%20no%20Brasil.pdf>>. Acessado em 15 abr 2016.

TORMENA et al. *A migração da programação de AM para FM*. Disponível em: <<http://tceonline.utp.br/wp-content/uploads/2013/02/MIGRACAO-DA-PROGRAMACAO.pdf>>. Acessado em 01 abr 2015.

ANEXOS

Anexo A – Perguntas das Entrevistas

1 – No processo de migração das emissoras que operam em AM os investimentos financeiros que serão investidos na sua emissora para operar em FM são viáveis, vale a pena investir financeiramente para mudar de frequência?

2 – Com a mudança de frequência proposta pelo ministério e promessa de que as rádios terão mais qualidade no ar e maior alcance operando em FM, no ponto de vista da sua emissora, a migração trará mais audiência com essa mudança na sua região?

3 – Com a migração de frequência do AM para o FM, sua emissora terá seu alcance diminuído, vai manter ou ganhar alcance regional?

4 – Com a migração do AM para o FM, sua emissora vai ganhar ou perder em faturamento?

5 – Quantos profissionais hoje trabalham em sua emissora operando em AM e quantos a emissora pensa em operar no FM?

6 – Em relação a programação, com a mudança de frequência na sua emissora, a programação também vai sofrer alterações ou permanecerá a mesma que já vinha sendo exibida no formato AM?

Anexo B – Decreto Presidencial

ISSN 1677-7042



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CL Nº 218

Brasília - DF, sexta-feira, 8 de novembro de 2013



Sumário

	PÁGINA
Atos do Congresso Nacional.....	1
Atos do Poder Executivo.....	1
Presidência da República.....	2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	4
Ministério da Cultura.....	5
Ministério da Defesa.....	9
Ministério da Educação.....	10
Ministério da Fazenda.....	16
Ministério da Integração Nacional.....	32
Ministério da Justiça.....	32
Ministério da Pesca e Aquicultura.....	36
Ministério da Previdência Social.....	36
Ministério da Saúde.....	36
Ministério das Comunicações.....	43
Ministério de Minas e Energia.....	44
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	49
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	49
Ministério do Esporte.....	52
Ministério do Meio Ambiente.....	53
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	53
Ministério do Trabalho e Emprego.....	54
Ministério dos Transportes.....	56
Conselho Nacional do Ministério Público.....	57
Ministério Público da União.....	58
Tribunal de Contas da União.....	60
Poder Judiciário.....	77
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	110

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 58, DE 2013

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que "dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, resolve:

Art. 1º Designar o Deputado CARLOS SAMPÃO, na condição de membro suplente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga destinada ao PSDB, de acordo com o Ofício nº 948/2013/PSDB, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, na Câmara dos Deputados.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 7 de novembro de 2013
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

TABELA DE PREÇOS DE JORNALS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demaís Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 22 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/estruturadck.html>, pelo código 0001201311080001

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 59, DE 2013

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que "dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, resolve:

Art. 1º Designar o Deputado LUIZ CARLOS HAULLY, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga destinada ao PSDB, de acordo com o Ofício nº 1.042/2013/PSDB, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, na Câmara dos Deputados.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 7 de novembro de 2013
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.139, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 33, § 1º e 35 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, bem como o que prevê o art. 11, §§ 1º e 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

D E C R E T A :

Art. 1º A extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local observará o disposto neste Decreto.

Art. 2º As outorgas para execução do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias poderão ser adaptadas para outorgas para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

§ 1º As prestadoras do serviço de que trata o caput deverão apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações solicitando a adaptação de suas outorgas no prazo máximo de um ano, contado da data de publicação deste Decreto.

§ 2º Após a apresentação do pedido de adaptação de outorga nos termos do § 1º, a emissora deverá manter a sua operação em ondas médias até a decisão final do Ministério das Comunicações.

§ 3º No caso de deferimento do pedido de que trata o § 1º, a entidade será convocada para assinar o respectivo termo aditivo junto ao Ministério das Comunicações, devendo pagar o valor correspondente ao uso de radiofrequência, a ser definido pela Anatel, e o valor da outorga de radiodifusão sonora em frequência modulada.

§ 4º O pagamento do valor correspondente à outorga será efetuado em parcela única e corresponderá à diferença entre os preços mínimos de outorga estipulados pelo Ministério das Comunicações para cada tipo de serviço e grupo de enquadramento, referente à respectiva localidade.

§ 5º Formalizada a adaptação, a emissora ficará sujeita às normas específicas de funcionamento do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, mantidas as demais condições pre-

vistas no instrumento de outorga original, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

I - regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei, inclusive no que concerne ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel;

II - regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

III - inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e

IV - viabilidade técnica para execução do serviço em frequência modulada.

§ 1º A adaptação deve seguir o seguinte enquadramento, de acordo com as faixas de serviço atualmente outorgadas:

EMISSORAS OM - FAIXA DE FREQUÊNCIA (em kHz)	CLASSE A - CLASSE DE FM IMEDIATA-MENTE ANTERIOR
540 a 1.420	E2
1.430 a 1.610	E3

EMISSORAS OM - FAIXA DE FREQUÊNCIA (em kHz)	CLASSE B - CLASSE DE FM IMEDIATA-MENTE ANTERIOR
540 a 620	E3
630 a 860	A1
870 a 1.030	A2
1.040 a 1.170	A3
1.180 a 1.610 kHz	A4

EMISSORAS OM - FAIXA DE FREQUÊNCIA (em kHz)	CLASSE C - CLASSE DE FM IMEDIATA-MENTE ANTERIOR
540 a 810	B1
820 a 1.100	B2
1.110 a 1.610	C

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

§ 3º Em caso de constatação de inviabilidade técnica, o pedido será indeferido, devendo a entidade manter sua operação em ondas médias nas condições anteriormente aprovadas pelo Ministério das Comunicações, ressalvado o disposto no § 1º do art. 4º.

Art. 4º Alternativamente ao disposto no art. 2º, as prestadoras do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local poderão, no prazo de um ano, contado da data de publicação deste Decreto, solicitar ao Ministério das Comunicações o reequacionamento de suas outorgas para caráter regional.

§ 1º As prestadoras referidas no caput, cujos pedidos de adaptação para outorga de radiodifusão sonora em frequência modulada sejam indeferidos em razão de inviabilidade técnica, poderão efetuar a solicitação de reequacionamento no prazo de 180 dias, contados da data de notificação da decisão.

§ 2º A alteração de que trata o caput não será onerosa e, no caso de deferimento, a entidade será convocada para assinar termo aditivo junto ao Ministério das Comunicações.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.